



**PROCURADORIA-GERAL
DO ESTADO**
Governo do Estado do Ceará

PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2012

Nome completo: _____ Inscrição N.º: _____

Identidade N.º: _____ Órgão Expedidor: _____

PROVA OBJETIVA

Data de aplicação: 02/12/2012

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

01. Só abra este caderno de provas após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
02. Ao receber este caderno, confira se ele contém 30 (trinta) questões, com 05 (cinco) alternativas de resposta, correspondente à Prova Objetiva.
03. Preencha seus dados pessoais neste Caderno.
04. A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo determinado para o preenchimento da Folha de Respostas e transcrição das respostas para as folhas de texto definitivo das questões da Prova Discursiva.
05. O candidato deverá permanecer por, no mínimo, 1 (uma) hora após o início das provas.
06. Aconselha-se assinalar, inicialmente, a resposta de cada questão neste caderno e, só depois, transferi-la para a Folha de Respostas. Não é permitida a utilização de qualquer material de consulta, nem comunicação com outros candidatos.
07. Para marcar a Folha de Respostas utilize apenas caneta esferográfica azul ou preta. A marcação na Folha de Resposta é definitiva, não admitindo rasuras. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Resposta por erro de preenchimento do candidato.
08. Só marque **UMA** resposta para cada questão.
09. Só se deve levantar-se com autorização dos fiscais da sala. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe unicamente ao candidato interpretar e decidir.
10. É obrigatória a devolução do caderno de provas. O gabarito da prova objetiva e a íntegra dos respectivos cadernos de prova serão divulgados no site da PGE-CE (www.pge.ce.gov.br), 1 (um) dia após sua realização.

Assinatura do Candidato: _____

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- A) planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;
- B) instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso;
- C) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;
- D) estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação;
- E) preservar as florestas, a fauna e a flora.

02. À União, Estados, Distrito Federal e Municípios compete legislar concorrentemente sobre:

- A) direito civil;
- B) direito do trabalho;
- C) trânsito e transporte;
- D) desapropriação;
- E) criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.

03. Incluem-se entre os bens dos Estados:

- A) as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;
- B) as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, dos Municípios ou terceiros;
- C) as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;

D) as terras devolutas não compreendidas entre as da União;

E) todas as anteriores.

04. De acordo com o art. 37 da Constituição Federal, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

A) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

B) a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades diretamente controladas, exceto as indiretamente controladas pelo poder público;

C) as funções de confiança, exercidas preferencialmente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

D) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros natos que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, desde que naturalizados brasileiros na forma da lei;

E) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.

05. De acordo com a Constituição Federal de 1988 e suas Emendas posteriores, no que atine ao processo legislativo, é correto afirmar:

- A) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;
- B) A emenda à Constituição será promulgada pelo Presidente da República, com o respectivo número de ordem;
- C) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico;
- D) São de iniciativa conjunta do Presidente da República e do Presidente do Congresso Nacional as leis que disponham sobre organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
- E) As leis complementares serão aprovadas por maioria relativa dos presentes na sessão.

06. No que atine ao Direito Constitucional Tributário podemos afirmar que:

- I - Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;
- II - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;
- III - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de

comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

IV - é facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

V - é facultado ao Senado Federal fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros.

- A) Estão corretas as assertivas I e II;
- B) Estão corretas as assertivas II e III;
- C) Estão corretas as assertivas III e IV;
- D) Estão corretas as assertivas IV e V;
- E) Todas as assertivas estão corretas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

07. Assinale a alternativa INCORRETA:

A) A atuação administrativa deve observar tanto os princípios expressos na Constituição Federal de 1988, quanto os princípios implícitos, sendo exemplo destes o princípio da supremacia do interesse público;

B) Os princípios administrativos não são de observância obrigatória das sociedades de economia mista, embora sejam elas entidades da administração pública indireta;

C) O princípio da proporcionalidade não se encontra expressamente previsto na Constituição Federal de 1988, mas deve ser observado pela atividade administrativa;

D) O princípio da moralidade não exige que a atuação administrativa não apenas respeite a legalidade, mas também se abstenha de ofender a moral, os bons

costumes, as regras da boa administração, os princípios de justiça e de equidade e a ideia comum de honestidade;

E) O princípio da eficiência exige que o administrador otimize a sua atuação para atingir os fins colimados.

08. Em relação aos poderes e deveres do Administrador Público, assinale a alternativa correta:

A) Ocorre excesso de poder quando o agente público excede os limites da sua competência ou contorna dissimuladamente as limitações legais para exceder os limites da sua competência;

B) A prática de ato administrativo com finalidade diversa da que decorre explícita ou implicitamente da lei não implica desvio de finalidade, desde que o ato obedeça às formalidades legais;

C) Não se configurará abuso de poder a omissão pelo administrador de um ato administrativo quando a lei não fixar prazo para a prática desse ato;

D) O Congresso Nacional não pode editar ato para sustar regulamento oriundo do Poder Executivo, sob pena de ofensa ao princípio da Separação dos Poderes;

E) O poder de agir se traduz em uma faculdade do administrador, que possui liberdade para praticar os atos inseridos em sua esfera de atribuição.

09. No que concerne à responsabilidade civil do Estado e aos poderes administrativos, assinale a opção correta:

A) Para efeito de responsabilidade civil do Estado não se considera agente público as pessoas que não têm vínculo típico de trabalho, como os agentes não remunerados;

B) o dano causado por agente público pode ensejar o exercício do direito de

regresso pelo Estado contra o agente, que deverá indenizar independentemente do elemento subjetivo de sua conduta;

C) O poder regulamentar da Administração Pública esgota-se na edição de decretos regulamentares;

D) O poder de polícia administrativa é exercido através de ordens sobre a atividade privada. Em razão disso, a autorização para o exercício de determinada atividade pelo particular não pode ser enquadrado como exercício do poder de polícia;

E) Na esfera da administração pública federal, prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato, ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

10. Assinale a opção correta a respeito de bens públicos:

A) Consideram-se bens dominicais todas as coisas, móveis ou imóveis, corpóreas ou incorpóreas, utilizadas pela administração pública para realização de suas atividades e consecução de seus fins;

B) Os bens de uso comum do povo são destinados à utilização geral pelos indivíduos e podem ser federais, estaduais ou municipais;

C) os bens de uso especial são marcados pela sua disponibilidade, disponíveis e, portanto, podem ser alienados independentemente de desafetação;

D) Diz-se afetado o bem utilizado para determinado fim público, desde que a utilização se dê diretamente pelo Estado;

E) Os bens dominicais têm como característica a inalienabilidade e, como

decorrência desta, a imprescritibilidade, a impenhorabilidade e a impossibilidade de oneração.

11. Acerca do processo administrativo e do controle da administração, assinale a opção correta.

- A) O processo administrativo apenas se instaura por iniciativa do administrado;
- B) Diferentemente do processo judicial, no processo administrativo não há motivo para suspeição do servidor ou da autoridade que mantenha amizade íntima ou inimizade com o sujeito interessado no processo, seu cônjuge, companheiro, parentes ou afins até o terceiro grau;
- C) O controle judicial sobre a atividade administrativa somente pode ocorrer após a prática do ato administrativo, uma vez que não é possível controlar um ato que ainda não ingressou no mundo jurídico;
- D) o controle exercido pelos Tribunais de Contas no exercício da fiscalização contábil, financeira, de legalidade, legitimidade e economicidade, sobre os atos administrativos praticados pelos órgãos do Poder Executivo, caracteriza-se como controle externo;
- E) o controle exercido pelo Poder Judiciário sobre os atos administrativos depende do esgotamento da discussão na esfera administrativa.

12. Sobre ato administrativo, assinale a alternativa correta:

- A) O ato discricionário não vincula o seu agente aos motivos nele expressos, uma vez que para ele não se exige expressa motivação;
- B) O atributo denominado finalidade pública autoriza, por exemplo, que a Administração destrua bens impróprios ao

consumo independentemente do ajuizamento de ação judicial;

- C) Atos compostos são aqueles cuja vontade final da Administração exige a intervenção de agentes ou órgãos diversos, onde a vontade de um é instrumental em relação à de outro, que edita o ato principal. Exemplo deste ato é a nomeação de Desembargador do quinto constitucional para as vagas destinadas aos membros da advocacia;
- D) Os atos administrativos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria administração, sobretudo quando não acarretarem prejuízo ao interesse público ou a terceiros;
- E) A Administração Pública poderá anular um ato administrativo entender que há razões de conveniência e oportunidade para tanto.

DIREITO CIVIL

13. Nos contratos em geral é correto afirmar que:

- A) é defeso às partes estipular contratos atípicos;
- B) não importará em nova proposta, a aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações;
- C) aquele que tiver prometido fato de terceiro responderá por perdas e danos, ainda que este o execute;
- D) considera-se também presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante;
- E) o adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de 15 dias se a coisa for móvel.

14 . Em matéria de direito das coisas, é correto afirmar que:

A) a propriedade do solo abrange também as jazidas, minas e demais recursos minerais;

B) aquele que, por vinte anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé;

C) o contrato de penhor declara, sob pena de não ter eficácia, o valor do crédito, sua estimativa, ou valor mínimo;

D) a regra estabelecida no art. 92 do Código Civil e conhecida como o princípio *accessorium sequitur suum principale*, não prevalece quando o possuidor está possuindo de boa-fé;

E) o domínio direto não pode ser objeto de hipoteca.

15. Em relação ao código civil não corre a prescrição:

A) entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, mesmo após a tutela ou curatela;

B) pendendo ação monitória;

C) se o prazo estiver vencido;

D) pendendo condição resolutiva;

E) contra os absolutamente incapazes.

16. Assinale a alternativa correta em relação ao que se consideram bens móveis:

A) o solo e apenas o que lhe incorporar naturalmente;

B) as energias que tenham valor econômico;

C) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações;

D) o direito à sucessão aberta;

E) Os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.

17. Considera-se nulo o negócio jurídico quando:

A) tiver por objetivo fraudar lei imperativa;

B) celebrado por pessoa relativamente incapaz;

C) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for lícito;

D) revestir a forma prescrita em lei;

E) a lei taxativamente o declarar anulável.

18. O Código Civil Brasileiro considera como bens imóveis, por determinação legal:

A) os direitos autorais;

B) o direito à sucessão aberta;

C) as apólices da dívida pública;

D) o solo, o espaço aéreo e o subsolo;

E) os navios, as aeronaves e os semoventes.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

19. De acordo com a legislação processual civil, o ato processual da citação:

A) é formal e não admite convalidação;

B) é formal, mas sua eventual efetivação irregular pode ser suprida pelo comparecimento espontâneo do réu;

C) pode ser realizado por mandado, a ser cumprido por Oficial de Justiça, ou verbalmente, por ato do Escrivão do cartório;

D) será efetivado sempre via postal ou frustrado este meio, por mandado a ser cumprido por Oficial de Justiça;

E) será efetivado apenas pessoalmente ao réu ou a seu representante legal.

20. No que diz respeito à formação e extinção do processo, assinale a alternativa correta:

A) O processo civil começa por impulso oficial, desenvolvendo-se por iniciativa da parte;

B) O processo será extinto, sem resolução de mérito, quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição;

- C) A alteração do pedido ou da causa de pedir em nenhuma hipótese será permitida após o saneamento do processo;
- D) O processo será extinto sem julgamento de mérito quando ficar parado durante mais dois anos por negligência das partes;
- E) Haverá suspensão do processo quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.

21. Quanto aos recursos, no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- A) os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de outros recursos pelas partes;
- B) o agravo é recebido, em regra, no efeito suspensivo e, excepcionalmente, no efeito meramente devolutivo;
- C) a apelação será sempre recebida em seus efeitos suspensivo e devolutivo;
- D) cabem embargos infringentes de qualquer acórdão que, em apelação, não tenha resultado unânime pelos integrantes da Turma Julgadora;
- E) o relator negará seguimento ao recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior;

22. Sobre o Mandado de Segurança é correto afirmar:

- A) As informações da autoridade impetrada devem ser ofertadas no prazo de 15 (quinze) dias;
- B) Não se concederá Mandado de Segurança quando se tratar de decisão judicial transitada em julgado;
- C) O prazo para a impetração do Mandado de Segurança é de 90 (noventa) dias a contar da ciência do ato a ser impugnado;

- D) Para fins de Mandado de Segurança, equipara-se à autoridade coatora qualquer pessoa jurídica de direito privado;
- E) O juiz poderá, ao receber a inicial de Mandado de Segurança, intimar o órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada.

23. Acerca do processo cautelar, assinale a opção correta de acordo com o Código de Processo Civil Brasileiro:

- A) Não se admite, no procedimento cautelar, qualquer das espécies de intervenção de terceiros;
- B) O juiz sempre que for conveniente ao processo poderá conceder medida cautelar sem audiência das partes;
- C) As medidas cautelares serão requeridas ao juiz da causa e quando preparatórias ao juiz competente para conhecer da ação principal;
- D) A medida cautelar não faz coisa julgada material, ainda que o juiz acolha alegação de decadência ou de prescrição do direito do autor;
- E) A medida cautelar cessa sua eficácia, caso não seja executada no prazo de 15(quinze) dias.

24. Dentre os princípios processuais, aponte aquele que não tem previsão explícita na Constituição Federal:

- A) Juiz natural;
- B) Acesso à justiça;
- C) Devido processo legal;
- D) Duplo grau de jurisdição;
- E) Ampla defesa.

DIREITO TRIBUTÁRIO

25. A competência residual para criação de novos impostos não previstos

expressamente na Constituição Federal pertence:

- A) Distrito Federal;
- B) Distrito Federal e aos Estados;
- C) Distrito Federal, Estados e municípios;
- D) Distrito Federal, Estados, municípios e União;
- E) somente à União.

26. Em que momento nasce uma relação jurídico-tributária:

- A) com a instituição do tributo;
- B) com a aprovação da lei instituidora do imposto;
- C) quando o agente fiscal inicia a fiscalização;
- D) com a ocorrência do fato gerador;
- E) quando o agente identifica a infração tributária.

27. O Estado do Ceará poderá criar incentivos fiscais mediante lei estadual?

- A) não, somente através de lei complementar nacional;
- B) não, a concessão de benefícios fiscais tributários no âmbito estadual, segundo a CF/88, pressupõe a concordância dos outros Estados;
- C) não, o procedimento para a concessão de benefícios fiscais, segundo a CF/88, pressupõe a anuência da União;
- D) sim, excluindo-se o ICMS (que depende da concordância dos outros Estados), em relação aos impostos estaduais é suficiente a existência da lei estadual;
- E) sim, em relação aos impostos estaduais, é suficiente a existência da lei estadual.

28. Excluem-se do campo de incidência do ICMS as operações ou prestações:

- A) de importação de quaisquer bens;
- B) as prestações de serviços com fornecimento de mercadorias ressalvadas

em lei complementar federal como sujeitas a incidência do ICMS;

- C) a prestação de serviços de qualquer natureza mesmo que não envolva o fornecimento de materiais;
- D) o fornecimento de energia elétrica;
- E) o fornecimento de mercadorias em bares e restaurantes e similares.

29. Em relação ao imposto de transmissão causa mortis e doação:

- A) o lançamento poderá ser realizado por ocasião da venda do imóvel;
- B) não se inclui em seu campo de incidência a doação de ações e outros títulos mobiliários;
- C) a qualquer tempo o imposto poderá ser lançado bastando a ocorrência de seu fato típico;
- D) a qualquer tempo o imposto poderá ser lançado bastando a ocorrência de seu fato típico e desde que não atingido pela decadência;
- E) esse imposto tem o mesmo campo de incidência do ITBI.

30. A descrição do fato típico tributário em lei corresponde:

- A) ao fato gerador;
- B) a instituição do tributo;
- C) a hipótese de incidência;
- D) ao crédito tributário;
- E) faz nascer a obrigação tributária.